



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DA 5ª REGIÃO  
CONTRATOS-PLANEJAMENTO

**RELATÓRIO n. 00001/2023/SELIC-CPLA/SAD5R/SGA/AGU**

**NUP: 00587.001294/2022-67**

**INTERESSADOS: SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO EM PERNAMBUCO - SAD/PE - AGU**

**ASSUNTOS: ADEQUAÇÃO**

**ASSUNTOS: Análise de Recurso Administrativo - INCORPORADORA ULISSES PÔRTO LTDA.**

Esta comissão do chamamento público da Superintendência de Administração em Pernambuco – SAD/5ª Região recebeu tempestivamente o recurso administrativo interposto pela empresa **INCORPORADORA ULISSES PÔRTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 35.613.306/001-06, participante do chamamento público nº 02/2022, cujo objeto refere-se à locação de imóvel em edifício empresarial, para uso institucional, com toda infraestrutura pronta em situação de operação, visando abrigar a sede unificada da Advocacia-Geral da União em Recife.

**I - DA ADMISSIBILIDADE**

Preliminarmente, cabe registrar que a peça interposta foi entregue no protocolo da SAD/5ª Região, tempestivamente, passando-se desta forma à análise do pleito.

**II - DAS RAZÕES DO RECURSO DA INCORPORADORA ULISSES PÔRTO LTDA.**

A empresa **INCORPORADORA ULISSES PÔRTO LTDA**, ora recorrente, apresentou recurso administrativo contra a decisão do resultado do chamamento público nº 02/2022.

Resumidamente, seguem abaixo as alegações da Recorrente.

1. Que seja reconhecida a tempestividade do recurso apresentado, uma vez que o resultado do chamamento público em epígrafe, publicado no diário oficial da União em 23 de dezembro de 2022 (sexta-feira), e aberto prazo de 05 (cinco) dias úteis para recurso do seu resultado, se finda em 30 de dezembro de 2022 (sexta-feira) o prazo recursal. A presente peça recursal é apresentada em 28 de dezembro de 2022 (quarta-feira).
2. Que a proposta entregue por meio físico seja válida, pois embora o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL nº 02/2022, em seu item 3.3, datado de 17 de novembro de 2022, especifique que a proposta de preço e a documentação exigida será entregue exclusivamente por endereço eletrônico, a publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, datada de 21 de Novembro de 2022, e que trata do mesmo chamamento público, tem a seguinte redação: as propostas serão recebidas até o dia 09 de dezembro de 2022, às 18:00 horas, endereçadas à Unidade - Superintendência Regional de Administração da 5ª Região (SAD5a), via Correios, pessoalmente no protocolo da unidade ou por meio eletrônico.

3. Que seja declarada a nulidade do chamamento com o seguinte fundamento:

3.1 Que o EDITAL DE CHAMAMENTO não refere à metodologia de pontuação e aos pesos atribuídos a cada um dos critérios estabelecidos, contrariando frontalmente o Inciso V do art. 24, Parágrafo 1<sup>o</sup> da Lei 13.019/14.

3.2 No caderno Anexo I, Caderno de especificações, em seu item 2.9.2, acerca da especificação do sistema de refrigeração tem-se que o imóvel deverá:

2.9.2 — "Possuir sistema de ar-condicionado refrigerado à água gelada através de tanque de termo acumulação (...) Deve possuir sistema de tratamento e ar exterior ou exaustão mecânica, capaz de fornecer ar limpo através de redes de dutos isolados".

Pois bem, no item 6.1, encontra-se a seguinte redação:

"6- Instalações de refrigeração — Splits

6.1 — O projeto deverá ser elaborado de acordo com as normas da ABNT, atentando-se para o layout dos diversos ambientes, em especial a orientação destes em relação a incidência dos raios solares, a quantidade de pessoas e equipamentos, a locação das unidades evaporadoras, condensadoras, drenos e suportes. "

3.3 Que no item "7" do EDITAL DE CHAMAMENTO em questão, em seu subitem 7.3, têm-se que o prazo para apresentação de recurso será de "até 5 dias", sem especificar se serão úteis ou corridos. De outro modo, em publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, em data de 23 de dezembro de 2022, informa-se que: com a presente publicação abre-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso do resultado."

3.4 Que no item "a", do Anexo I, caderno de especificações, item 2.3, a redação menciona 800 metros e não 800 m<sup>2</sup>, vejamos:

2.3 — " O imóvel deverá apresentar lâminas de no mínimo 800 metros de forma a possibilitar melhor eficiência nos layouts e proporcionar uma melhor distribuição das unidades que precisam conservar a sua individualização."

3.5 Que a limitação de imóveis com "800 metros" no mínimo de lâmina também contraria o disposto no Art. 24, Parágrafo 20 do art. 13.019/14, que veda prever condições que restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, que no caso em tela é acomodar todos os órgãos designados para tanto numa mesma sede, com eficiência econômica.

#### IV- DA ANÁLISE

Inicialmente, realça-se que essa comissão esteve atrelada aos princípios que regem o Chamamento Público durante todo o processo, em conformidade com a Lei 8.666/93, na busca da proposta que atenda a Administração dentro das novas diretrizes.

A comissão do chamamento público da Superintendência de Administração em Pernambuco – SAD/5ª Região, analisou o recurso apresentado e chegou nas conclusões elencadas abaixo:

1. Reconhecemos a tempestividade do recurso apresentado pela INCORPORADORA ULISSES PÔRTO LTDA.
2. Reconhecemos a validade da proposta apresentada por meio do protocolo da SAD/5ª Região, uma vez que a publicação previa que as propostas poderiam ser recebidas via Correios, pessoalmente no protocolo da unidade ou por meio eletrônico.

3. Em relação a declaração de nulidade e cancelamento do chamamento público nº. 02/2022 entendemos que o recurso procede em parte, vejamos item a item:

3.1 A lei que rege o chamamento público nº. 02/2022 para locação de imóvel é a Lei 8.666/93 e não a Lei 13.019/14, visto que esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação. Não se trata aqui de uma parceria público-privada com entidades privadas sem fins lucrativos, cooperativas ou organizações religiosas para realização de atividades de fomento. Os critérios previstos no edital de chamamento público nº. 02/2022 são atender na íntegra as especificações do Anexo I do Edital de chamamento público, amparado pela Lei 8.666/93, Lei que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desta forma o recurso apontando para este item não procede.

3.2 Com relação ao Anexo I, Caderno de especificações, em seu item 2.9.2 e item 6.1 o recurso procede.

3.3 No item 7 do EDITAL DE CHAMAMENTO também deve prosperar o recurso da empresa sobre o prazo do subitem 7.3, onde tem-se que o prazo para apresentação de recurso será de "até 5 dias", sem especificar se serão úteis ou corridos e na publicação no DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, em data de 23 de dezembro de 2022, apresenta prazo em dias úteis.

3.4 Quanto ao item "a", do Anexo I - caderno de especificações e item 2.3, o item não procede já que é público e notório que locação de imóvel se faz por metro quadrado e não metro linear, desta forma o entendimento correto é 800 m<sup>2</sup>.

3.5 Por fim, em relação a lamina de 800 m<sup>2</sup>, as especificações levaram em conta o Manual de Padrão de Ocupação e Dimensionamento de Imóveis Institucionais da Administração Federal direta, autárquica e fundacional Instituído pela Portaria nº 20.549, de 8 de setembro de 2020, que preferencialmente prevê a configuração de espaços abertos, pois, com o objetivo de acompanhar a evolução e modernização do mercado de trabalho, as empresas privadas e públicas estão buscando adaptações tanto no modo como operam quanto em sua estrutura física. Nesse contexto, os projetos de organização corporativa também apresentam novas propostas, entre elas o chamado escritório Open Space. Diante desse cenário de melhorias nos processos, produtos, serviços e tecnologias, o modelo Open Space visa otimizar a relação entre o público interno por meio de um layout amplo e interativo, proporcionando inúmeras vantagens à execução das atividades e seus respectivos resultados. Esse modelo evita o desperdício de áreas, pois se utiliza da compactação dos espaços já que o ambiente é melhor aproveitado e se torna mais espaçoso uma vez que, divisórias e corredores que tomariam espaço não serão reduzidos. A vantagem mais evidente do Open Space é a integração proporcionada entre todos os profissionais. Desse modo, é possível se comunicar com mais eficiência não só com os membros da sua equipe como também com os colaboradores dos demais setores. Essa ampla comunicação contribui com a produtividade de todos os envolvidos. Outro ponto que merece destaque é a economia que será gerada com a diminuição de equipamentos como impressoras, máquinas de café e outros equipamentos, bem como a própria supressão no número de terceirizados que realizam entregas entre os andares do prédio no modelo vertical. Diante do exposto, o item não procede.

## V- DA DECISÃO

Tendo em vista os fatos apresentados, esta comissão do chamamento público da Superintendência de Administração em Pernambuco – SAD/5ª Região CONHECE do recurso interposto pela empresa INCORPORADORA ULISSES PÔRTO LTDA, lhe dá PROVIMENTO PARCIAL para os itens 1, 2, 3.2, 3.3).

Para o item 3 “*Que seja declarada a nulidade do chamamento com o seguinte fundamento...*” não detectamos vício insanável para anulação do ato. A Comissão detectou apenas erros materiais, nesse sentido, sugerimos que os documentos elaborados – Edital e anexos, sejam recolhidos para a fase interna para fins de ajustes.

Submeto à autoridade competente desta SAD/5ª Região a decisão do recurso interposto.

À consideração superior.

Recife, 02 de janeiro de 2023.

KASSIUS ROBERTO ANES DE CARVALHO  
Membro da Comissão.

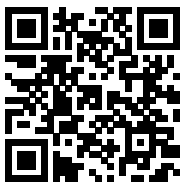
1. Ciente.
2. De acordo. Mantenho a decisão da Comissão.
3. Recolher o edital e seus anexos para a fase interna para ajustes.
4. Publicar aviso de decisão da administração no D.O.U.
5. Encaminhar cópia às empresas interessadas para conhecimento.
6. Encaminhar por meio eletrônico.

Recife, 02 de janeiro de 2023.

MARIA LÚCIA CARVALHO DE PAULA  
Superintendente Regional de Administração da 5ª Região

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00587001294202267 e da chave de acesso 6dbee2ff



Documento assinado eletronicamente por MARIA LÚCIA CARVALHO DE PAULA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1066984487 e chave de acesso 6dbee2ff no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): MARIA LÚCIA CARVALHO DE PAULA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-01-2023 19:11. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Documento assinado eletronicamente por KASSIUS ROBERTO ANES DE CARVALHO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1066984487 e chave de acesso 6dbee2ff no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): KASSIUS ROBERTO ANES DE CARVALHO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-01-2023 19:28. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.